

Etnografia de uma cidade redesenhada pela pichação/graffiti

Zulmira Newlands Borges

Doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Fez pós doutorado em educação.

Professora Associada IV, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Laure Garrabé

Doutora em Antropologia Social, *Maison des Sciences de l'Homme Paris Nord*.

Professora visitante na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Rodrigo Nathan Romanus Dantas

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Este artigo apresenta alguns itinerários de campo da pesquisa etnográfica em que analisamos as tensões, conflitos, disputas, resistências e também conformidades e deformidades na construção das visibilidades/invisibilidades dos pichadores/grafiteiros de Santa Maria, cidade do interior do Rio Grande do Sul. Os dados indicam uma grande efervescência semântica em torno da pichação/*graffiti*, sendo possível interpretar a cidade como um todo que é partilhado por múltiplas e discordantes percepções individuais, mais especificamente, a pichação/*graffiti* como um ponto de encontros discordantes. Entretanto,

buscamos neste texto menos a análise de tais tensões, do que refletir sobre como estas (des)orientaram e desviaram nossas interpretações desse fenômeno globalizado em seu contexto local.

Na medida em que na coleta de dados através da pesquisa de campo identificávamos esses percursos práticos na cidade, observávamos um jogo de interpretações desenhar-se nas várias triangulações das linhas que nos propusemos analisar, que não podiam deixar de chamar nossa atenção sobre algum interpretativismo em questão. O objeto, o *graffiti*/pichação, já traz *per se* várias camadas de potenciais imaginários, podendo falar sobre a cultura dos grafiteiros/pichadores em Santa Maria. Tal cultura porta signos ou imagens nas quais a interpretação e a imaginação agem de várias maneiras, sendo intermediária entre o concreto e o conceito (LÉVI-STRAUSS, 1974). E nossas vadiagens de “marcheur” (LE BRETON, 2012), nas teias que formavam os vários pontos de pichações/*graffiti* ligados entre si, captaram diversas interpretações (dos pichadores/grafiteiros; dos poderes públicos, dos donos de casas pichadas/grafitadas, de atores culturais e da mídia sobre diversos eventos envolvendo a pichação/*graffiti*) dos atores e comentaristas dessas interpretações, sobre ou a partir de tais imagens ao mesmo tempo interpretadas e interpretativas. Nessa profusão e efervescência semântica, as interpretações do etnógrafo se tornam seus desafios metodológicos.

A partir da apresentação do objeto, da sua problematização e a da descrição da nossa entrada como participante, delinearemos alguns pontos fortes do interpretativismo de Clifford Geertz (1978), na medida em que apontam, nesta etnografia, eixos fazendo coincidir o objeto sobre a qual o antropólogo fala (o *graffiti*/pichação) e a maneira como fala dele (interpretações “essencialmente contestáveis”, GALLIE).

A cidade de Santa Maria, hoje com cerca de 270 mil habitantes, situada na região central do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil, e também conhecida como o “coração do Rio Grande”, caracteriza-se como um pólo militar nacional e referência regional em serviços na área da saúde. Mas, Santa Maria define-se, principalmente, como cidade universitária, pois há uma oferta relativamente grande de serviços e instituições na área da educação (dezenas de universidades; cursos preparatórios para concursos; escolas técnicas, etc.), o que leva à predominância de um público jovem, oriundo de diversas áreas do estado e de outras regiões do Brasil.

Ao andarmos pelas ruas das grandes cidades contemporâneas, variados estímulos visuais disputam nosso olhar. Encontramos nessa disputa pelo foco de nossas retinas o *graffiti*/pichação. Em Santa Maria, apesar de não se tratar de uma metrópole, tais inscrições urbanas marcam sua presença no mar de signos da cidade.

Diante da profusão signíca do urbano, o ato de *flanar* – tema estudado por Charles Baudelaire (1996) – adquire função metodológica. Trata-se de o etnógrafo deixar levar-se pelo fluxo urbano. Para usar uma metáfora de Guy Debord (2003), entregar-se à *deriva* urbana. Caminhar e olhar a cidade, duas práticas que representam, literalmente, os primeiros passos de uma pesquisa que tem os pichadores/grafiteiros como objeto e a cidade como campo de estudo. Michel De Certeau chama a atenção para as formas como os indivíduos andam pela cidade, pois o caminhar, segundo ele, é um ato de enunciação, equivalente ao ato de linguagem tal como definido por Austin (1971); “o caminhante transforma em outra coisa o significante espacial” (DE CERTEAU, 2007, p. 178). Parece ser mais pertinente a noção de *práticas urbanas* (que designa vias, trajetórias, itinerários, atalhos, narrativas diárias...), proposta pelo autor, do que qualquer conceito de cidade ligado a uma lógica meramente urbanística ou econômica. Muito mais do que uma configuração física espacial, a cidade é composta por várias camadas de teia de significados.

Nesse sentido, se é caminhando e olhando a cidade que o etnógrafo adentra o campo, é dessa forma também que os pichadores/grafiteiros deixam suas marcas pelo urbano. No tocante a uma antropologia urbana, cabe, portanto, nos perguntarmos: assim como o caminhante desenha e redesenha a cidade, como e de que forma a cidade desenha e redesenha o fazer etnográfico? E, no caso desta pesquisa: assim como os pichadores/grafiteiros desenharam e redesenharam a cidade, como e de que forma eles desenharam e redesenharam o olhar etnográfico, bem como as posturas do etnógrafo diante dele?

O ERRÁTICO METODOLÓGICO

O surgimento do *graffiti*/pichação em Santa Maria remete ao ano de 2001. Tecemos uma trama histórica sobre a primeira onda do movimento, o recorte temporal compreendido entre 2001 e 2011, em pesquisa anterior (DANTAS, 2011). Em 2012 e 2013 ocorreram, respectivamente, a Operação Cidade Limpa e a Operação Rabisco, dois empreendimentos do poder público (Polícia Civil e Prefeitura Municipal de Santa Maria), no sentido de tentar coibir a prática. Dezenas de mandados de busca e apreensão foram feitos nas casas de “suspeitos”. A partir desses eventos, começou também o que alguns pichadores/grafiteiros chamam de “nova onda” ou “nova geração”, fortemente marcada por influências estilísticas da Escola Paulista de Pichação.

Em *O sujeito-pichador: tensões acerca da prática da pichação paulista*, Daniel Mittmann (2013) afirma que, a partir dos anos 1990, a pichação

paulista passou por uma transmutação: de um estágio poético experimental para uma prática egóica e territorial, na qual o que importa é marcar a cidade em seus lugares mais visíveis, em especial, no alto dos edifícios. Mittmann (2013) chama essa nova configuração de *pixação* (com “x”) ou *Escola paulista de pichação*, que tem entre suas principais características gráficas a produção de letras alongadas, retas e pontiagudas, desenhadas com rolo de pintura. Na maior parte dos casos, a *pixação* é composta por siglas e/ou letras de um alfabeto próprio do pixador, um tipo de escrita fechada, ou seja, de pixadores para pixadores.

Inicialmente, o objetivo da pesquisa era tentar compreender essa “nova geração” e o contexto das operações “Cidade Limpa” e “Rabisco”, em Santa Maria. O problema central era entender quais os impactos das tais operações sobre a prática da pichação/*graffiti* em Santa Maria. Entretanto, na medida em que nos deixamos ir à observação participante, nos demos conta de que a cidade e os sujeitos observados, além de re-configurarem espacial e socialmente a cidade, redesenhavam o nosso fazer etnográfico.

Para sermos mais precisos, surgiram outras questões interessantes no campo, levantadas pelas interações específicas entre as várias práticas dos pichadores/grafiteiros, como as inscrições nos muros, as bandas e os grupos de *rap* locais que abordam o tema da pichação/*graffiti*. Além disso, foi possível multiplicar os pontos de vista e apreensões com diversos trabalhos/debates acadêmicos sobre pichação/*graffiti* que estavam sendo produzidos por pichadores/grafiteiros locais, bem como através das páginas e *sites* sobre pichação/*graffiti* em Santa Maria, com as oficinas de *graffiti*/pichação organizadas pelos pichadores/grafiteiros em escolas. Para além do escopo da problemática em torno das operações, elas permitiram a valorização de novos enfoques.

Paralelamente aos redesenhos do campo, algumas proposições teóricas de Jacques Rancière foram fundamentais para a reformulação do problema de pesquisa, particularmente seu conceito de *partilha do sensível*, o qual liga estética e política (RANCIÈRE, 2005), e, assim fazendo, podíamos tecer uma perspectiva analítica entre nossas preocupações pela reconfiguração arquitetônica (espacial, mapeamento, circuito...) da cidade e a expressão estilística dos pichadores (a análise gráfica, a construção dos imaginários, etc.). Resumindo a ideia de *partilha do sensível*, temos, por um lado, a participação em um conjunto comum, e por outro, a separação em percepções individuais e discordantes: a distribuição polêmica das maneiras de ser e das ocupações num espaço de possíveis. Estética e política se tornam, assim, operatórias para nossa análise, por ambas dizerem respeito

a “posições e movimentos de corpos; funções da palavra e repartições do visível e do invisível” (RANCIÈRE, 2005, p. 26). No caso desta pesquisa, a cidade pode ser pensada como esse todo que é partilhado de múltiplas e discordantes maneiras, tomando mais especificamente a pichação/*graffiti* como um ponto desse encontro discordante. Também é possível pensar *a partilha do sensível* num recorte mais restrito, tendo como comum, por exemplo, os grupos de pixadores/grafiteiros e as múltiplas percepções desses indivíduos sobre o(s) grupo(s).

Nesse caminhar na cidade, tanto a prática do campo quanto as teorias apontavam para a importância daquilo que é dado a ver e daquilo que é ocultado pelos agentes pesquisados. O conceito de *visibilidade* impôs-se por tratar da construção da inteligibilidade dos acontecimentos, e das formas pelas quais são dados a ver e a entender. Não obstante, é importante lembrar que o olhar do etnógrafo não é onisciente, não vê tudo, e que ele é também orientado pela sua experiência historicamente constituída; ou seja, a construção do nosso próprio olhar modelaria nossas formas de apreender, selecionar, e entender tais visibilidades.

A *visibilidade* tem ligação direta com o conceito de *partilha do sensível*, pois, para Rancière (2005), estética e política são maneiras de organizar o sensível: “A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, p. 17). Nesse sentido, falar em visibilidade acarreta, necessariamente, falar em *invisibilidade*, na medida em que tal organização do sensível descrever também consensos e dissensos entre grupos sociais compartilhando um mesmo contexto espacial e temporal.

Segundo Ricardo Campos (2009), é nesse jogo entre anonimato e dar-se a ver que o *writer* (pichador/grafiteiro) vive sua prática. O *writer* busca um anonimato em relação ao exterior, ou seja, perante a Polícia e os grupos de poderes hegemônicos/estabelecidos, que para ele representam uma ameaça. Ao mesmo tempo, não é um anonimato absoluto, pois o *writer* cria uma nova identidade que ele expressa em uma *tag*, podendo interpretar-se como sua assinatura, ou marca. O *writer* procura dar o máximo de visibilidade à sua *tag*; é através dela que ele busca reconhecimento perante seus pares.

Assim, o pichador/grafiteiro é um tipo de autor-escritor urbano que, ao transitar entre a linguagem-teatro (o desejo de fascinar através das letras e cores) e a linguagem-meio (o desejo de transmitir fatos e ideias), contribui para a heteroglossia característica das cidades globais. Em uma antropologia da urbanidade, o andar errático do etnógrafo pela cidade em

meio às pichações/*graffiti* desenha e redesenha caminhos pelos quais tal heteroglossia urbana tende a invadir o texto. Esses caminhos apontam para aquilo que James Clifford (2011) chama de desintegração ou redistribuição da autoridade etnográfica.

Nesse sentido, a partir dessa ligação entre estética e política, abre-se a possibilidade de se questionar acerca das formas pelas quais se dão os processos de construção das *visibilidades/invisibilidades* dos indivíduos e grupos em relação ao todo que é partilhado de maneiras dissonantes, a partir de uma cultura comum: o *graffiti*/pichação na Santa Maria contemporânea. Tomando por base *a partilha do sensível*, podemos indagar: como são construídas as visibilidades/invisibilidades dos pichadores/grafiteiros de Santa Maria? Como os grupos de pixadores/grafiteiros se formam e se deformam nos processos de construção de visibilidades/invisibilidades? Na tentativa de dar conta de respostas a esse tipo de perguntas, lançamos um olhar sobre os processos de construção dessas visibilidades/invisibilidades, tanto pelo poder público e pelos jornais locais quanto, principalmente, pelos próprios pichadores/grafiteiros, através de seus diversos enunciados (as inscrições nos muros; as publicações na *internet*; suas músicas; seu vestuário; suas gírias; os eventos locais sobre o tema...).

PODICRÊ! É NÓIS!

Os pichadores/grafiteiros de Santa Maria têm entre 16 e 35 anos de idade, estando a maioria concentrada no intervalo de 16 a 20 anos. Os quinze grafiteiros/pichadores com os quais mantivemos maior contato estão na faixa dos 20 aos 35 anos. Apenas dois deles tinham menos de 18 anos. A maioria é estudante e/ou trabalhador e mora com a família. Trata-se de rapazes (a maioria, cerca de 70%) e moças oriundos de diversas áreas da cidade, de diferentes estratos sociais, níveis de escolaridade e “etnias”.

Segundo Jean Baudrillard (1996), o *graffiti* novaiorquino produzido no início da década de 1970 – que iniciaria historicamente o “movimento artístico” – tinha as paredes e vagões dos metrô como suporte primordial para sua visibilidade, e era feito por jovens moradores dos guetos afro-latinos. Em Santa Maria, diferentemente, recortes étnicos ou de classe são insuficientes para pensarmos os elementos que constituem o que é comum entre os grafiteiros/pichadores de cidade. Assim, além da prática da pichação/*graffiti* em si e do binômio visibilidade/invisibilidade, os pontos de encontro, o vestuário, as gírias e as músicas, e critérios estilísticos são melhores indicadores das regularidades do que critérios de classe e etnia.

A maioria dos pichadores/grafiteiros usa: boné de aba reta, alargadores nas orelhas, *piercings*, tatuagens, moletom de capuz e jeans mas, preferencialmente, calças, bermudas e camisetas largas, aproximando-se de certa moda global *hip-hop*. Dentre as principais gírias, pode-se ouvir *rolê* (saída para pichar/grafitar ou ponto de encontro); *quebrada* (a periferia, sendo subentendido um orgulho da familiaridade, em relação aos seus perigos e precariedades, mesmo para aqueles que não são seus moradores e que empregam a gíria); *atropelar* (pichar/grafitar sobre a pichação/*graffiti* de outro pichador/grafiteiro), e como saudações, *salve, podicrê e é nós*. A maioria ouve *rap*, mas não somente: o *punk rock*, o *hardcore*, o *funk*, o *reggae* e o *rock n' roll* também estão presentes nas referências e repertórios culturais de muitos pichadores/grafiteiros. O uso de *cannabis* e/ou a presença constante de referências imagéticas à planta entre os pichadores/grafiteiros também são elementos comuns.

A partir do trabalho de campo, torna-se possível estabelecer genericamente, as motivações dos grafiteiros/pichadores em quatro tendências que podem se combinar e recombinar de diferentes maneiras: 1) a busca por reconhecimento social e marcação de território; 2) a busca por adrenalina, lazer e amizades; 3) a vontade de expressar-se e/ou protestar 4) a aspiração profissional e/ou de fonte de renda.

Outro aspecto importante são os transbordamentos promovidos por eles em relação à dicotomia entre *graffiti* (legal, “arte”, “bonito”...) e pichação (ilegal, crime, “feio”...), estabelecida pelo Estado e reproduzida pela maioria dos meios de comunicação. Como veremos adiante, os sujeitos transitam entre as duas práticas/definições e vão para além delas (colam adesivos, produzem fanzines...). Nossos dados mostram que a grande maioria dos indivíduos pesquisados riscam, colam e pintam os muros sem autorização dos proprietários (apenas eventualmente o faziam com autorização), ou seja, infringiam a lei, ou ainda se prestam a tais atividades; e, portanto, também passavam ou passam por frequentes processos de acusação e rotulação públicas (“vândalos”; “criminosos”; “bandidos”...). Eis o nosso principal argumento para a utilização dos termos “pichação/*graffiti*” e “pichadores/grafiteiros”. O emprego dos dois termos – “unidos” e separados por barra – se dá devido ao fato de que, em Santa Maria, as fronteiras que delimitam as duas práticas são bastante porosas; além disso, até agora não encontramos, em âmbito local, exclusividade no uso desses termos, em alusão a uma ou a outra dessas artes. Poderiam ser usados aqui outros termos que superam a dicotomia, como “grafismos urbanos” (FONSECA, 1981) ou “apropriações visuais do espaço urbano” (KESSLER, 2008); entretanto, estes estão bas-

tante distantes do vocabulário dos nativos com os quais interagimos; assim, deixamos a voz deles soar com a formulação “pichança/*graffiti*”.

No decorrer de um ano e meio de trabalho de campo, percorreremos diferentes cenários de interação entre pichadores/grafiteiros. Três deles serão abordados aqui: um ponto de encontro na cidade; um grupo de pesquisa; e um encontro ao acaso na cidade. Antes, porém, chamamos a atenção para a inserção em campo, mais especificamente, para o lugar do etnógrafo e os processos de abordagem dos sujeitos pesquisados.

ESTRANHAMENTOS E NEGOCIAÇÕES

Já faz algumas décadas que é de grande importância na antropologia a reflexão do etnógrafo sobre seu próprio posicionamento diante de objeto de estudo, bem como a análise crítica de suas escolhas práticas em campo. Trata-se daquilo que Teresa Caldeira (1988) chama de “presença do autor”. Redesenhamos, portanto, alguns dos caminhos e escolhas no nosso encontro com o objeto de pesquisa.

A pichança/*graffiti* é familiar para todos nós há muitos anos; mesmo nas cidades pequenas do Rio Grande do Sul, já víamos traços e rabiscos com nomes de bandas de *rock*, times de futebol ou alguma manifestação de contestação ou de revolta. Mas eram eventos raros, isolados, inconstantes e de poucas cores. Eram expressões solitárias, quase perdidas no meio das cidades. Nos últimos anos, contudo, temos assistido a uma crescente apropriação do espaço urbano. Hoje há uma indiscutível profusão dessa manifestação urbana, coletiva, cheia de sentidos, de disputas e de tensões. Nossa memória do espaço urbano nos ajuda a refletir sobre as mudanças semânticas da pichança/*graffiti*.

Partindo da ideia de Roberto Da Matta sobre o *anthropological blues* (a necessidade de o etnógrafo transformar o exótico em familiar e vice versa) aplicada a este caso, nos perguntamos: como se dá o “desligamento” emocional para transformar a familiaridade da pichança/*graffiti* em algo exótico? Segundo Da Matta, “o sentido do familiar e do exótico é complexo, precisamente porque os termos não devem ter uma implicação semântica automática” (DA MATTA, 1978, p. 160). Existem níveis de familiaridade; nem tudo o que é familiar é necessariamente conhecido, e o inverso também se aplica: nem tudo o que é exótico é necessariamente desconhecido.

Nosso interesse em pesquisar sobre grafiteiros/pichadores de Santa Maria começou em 2007, em meio a algumas discussões promovidas pelo Laboratório de Ensino e Metodologia do Ensino (LAMEN) da UFSM que

encaravam a rua como um espaço de educação, um palco de trocas de saberes e experiências não escolares, algo que nos despertou outro olhar sobre a pichação. Um olhar questionador que contribuiu para um estranhamento da pichação/*graffiti*, antes vista somente como manifestação de adolescentes em busca de adrenalina e/ou com propósitos de contestação. Da mesma forma, elementos que permeiam a pichação/*graffiti* – como o *rap*, o *skate*, as gírias, o vestuário, a produção e a colagem de *stickers* (adesivos artesanais) e *stencils* (moldes vazados) pelas ruas – eram relativamente familiares, mas desconhecidos para nós até então.

No retorno ao campo, em fevereiro de 2014, talvez tenha sido mais difícil estranharmos a pichação/*graffiti* de Santa Maria do que no início da pesquisa, em 2007. Entretanto, o contato cotidiano com pessoas leigas em relação ao tema – principalmente alunos e colegas de trabalho, que fazem comentários como: “não quero meu muro riscado”, “pichação é poluição visual” ou “quem picha meu muro sem meu consentimento está passando por cima da minha liberdade”, os quais refletem um pouco as tensões existentes – nos ajuda a fazer o exercício do estranhamento em relação à pichação/*graffiti*. Como ressalta Gilberto Velho, “sendo o pesquisador um membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘por-se no lugar do outro’” (1978, p. 40). Neste caso, a aproximação em relação ao lugar do outro não se refere apenas ao lugar dos pichadores/grafiteiros, mas, também, ao lugar dos indivíduos leigos em relação a essa prática, tendo em vista que seria difícil analisar a pichação/*graffiti* se fosse levada em conta unicamente a visão de seus autores.

Em meio aos nativos, o estranhamento se deu, principalmente, em relação aos grafiteiros/pichadores mais novos – que têm entre 16 e 20 anos de idade – e também àqueles oriundos das regiões mais periféricas da cidade. Em certos momentos do trabalho de campo, ficou muito perceptível esse distanciamento, tanto pelas vestes, gírias e trejeitos quanto pelo reconhecimento, por parte deles, de que não somos “da quebrada” (periferia). Soma-se a isso a atmosfera de desconfiança desencadeada, segundo alguns deles, pelas operações “Cidade Limpa” e “Rabisco”. Um dos grafiteiros/pichadores mais próximos comentou que alguns desconfiavam da presença dos pesquisadores e suspeitavam que fossem policiais infiltrados. Eis o evento que revelou que não pertencíamos ao grupo deles, em outras palavras, que não podíamos simplesmente adentrar a cultura ou falar sobre ela. Isso não significa, entretanto, que a experiência e a interpretação etnográfica se dêem em relação a uma “outra” realidade circunscrita, mas sim que elas são frutos das negociações entre o etnógrafo e os nativos.

Por outro lado, os pichadores/grafiteiros mais velhos com os quais já mantínhamos algum contato, antes mesmo da pesquisa, foram bastante receptivos e procuraram fazer esclarecimentos aos que não nos conheciam, para que estes não pensassem que se tratava de um “P2” (policial infiltrado). Ressalte-se aqui a posição ocupada pelos grafiteiros/pichadores mais próximos, no contexto local diante dos demais. Trata-se dos “caras mais da antiga”, aqueles que dominam os códigos da pichança/*graffiti*, servindo, na maioria dos casos, como referência para os mais novos ou, pelo menos, sendo respeitados por estes. O redesenhar da figura do pesquisador promovido pelos pichadores/grafiteiros mais próximos ajudou o redesenhar da postura dos mais desconfiados diante da presença dos pesquisadores em campo. Ao longo dos meses que se seguiram, a nossa presença nos encontros e festas frequentadas e organizadas pelos pichadores/grafiteiros foi se tornando cada vez mais aceita.

A estratégia utilizada foi de avançar progressivamente e com cuidados; buscar primeiramente aproximações com os grafiteiros/pichadores com os quais tínhamos maior afinidade, e dar preferência à observação e às conversas informais, antes da realização de entrevistas formalizadas (com o uso de gravador; câmera...). Da mesma forma, passamos a frequentar encontros e festas para criar maior intimidade ao ponto de tecer uma rede mais ampla de sociabilidades e trocas com os sujeitos pesquisados.

O ALARGAMENTO DA PICHANÇA/GRAFFITI ENTRE QUATRO PAREDES

Observar a forma como os sujeitos se inserem e circulam na paisagem urbana, como assinala José G. Magnani (2005), é uma das principais características da antropologia urbana. Nesse sentido, em caminhadas pela cidade, procuramos mapear os pontos de encontro dos pichadores/grafiteiros de Santa Maria e escolher um deles para dar início à aproximação. Escolhemos uma loja que, de acordo com sua página do *Facebook*, é especializada em “cultura urbana, *graffiti* e *street art*”, localizada no Bairro de Fátima, arredores do Centro.

O dono da loja é um grafiteiro/pichador bastante conhecido na cidade e um dos nossos principais interlocutores na pesquisa. A loja funciona de segunda a sábado, em horário comercial, sendo que, entre fevereiro e maio, foram organizadas no local algumas exposições, debates e *happy hour*, nas noites de sexta e sábado. Além dos sujeitos da pesquisa, observamos que a ambiência do lugar também tinha algo importante a dizer sobre as visibilida-

des/invisibilidades. Este trecho de um diário de campo, de 07 de fevereiro de 2014, esclarece um pouco sobre a tensão entre visibilidade e invisibilidade:

Alguns avisos nas paredes da loja chamaram a minha atenção. Acima da prateleira de sprays há um aviso: “Pichação é crime, art. 65 da lei número 9.605/98. Proibida a venda a menores de 18 anos. Apenas para pais, responsáveis legais e contratantes. Não insista, obrigado.” Ao lado, um outro aviso: “Tenha em mãos: endereço completo com CEP; endereço de email; CPF e RG”. Em outra parede há um anúncio das oficinas que a loja pretende oferecer: “Inscreva-se nas seguintes oficinas: graffiti (iniciante); graffiti (letras); graffiti (personagens); stencil (molde vasado); ioiô (iniciante); DJ (iniciante); fotografia pro (iniciante)”. Nesses dois casos, é possível perceber uma separação clara entre pichação e graffiti. Lembrei da página da loja no facebook, onde na descrição diz: “cultura urbana, graffiti e street art do Brasil e do mundo”. No entanto, há um quadro na parede ao lado da geladeira com a frase: “Viva o grapixo art”. E nas estampas de duas camisetas que estavam à venda é possível ver essa espécie de mistura dos gêneros e também a afirmação do pixo, do rabisco e dos bombs... numa delas diz: “Rabiskx Graffiti Bombardeio Pixo” e noutra “Rabiskx I Love (a imagem de um coração com um spray dentro) Writing In The City”.

O estabelecimento comercial tem necessidade de adequar-se à norma e, assim, na construção da sua visibilidade, observa a distinção entre pichação (ilegal, não autorizada, crime) e *graffiti* (arte); ou seja, mostra-se como um lugar que trabalha com *street art*. No entanto, a iniciativa de tornar invisíveis os trânsitos, a profusão e a mistura das práticas (que estão no limiar, entre legal e ilegal) é endereçada principalmente aos leigos, pois, para aqueles mais familiarizados com os termos e gírias próprios dos pichadores/grafiteiros, basta olhar para o lado e ver os transbordamentos em relação à dicotomia. E, nessas horas, é importante para o etnógrafo, como bem assinalou Geertz (1978), saber distinguir uma “piscadela” de um “tique nervoso”. Essa distinção e, ao mesmo tempo, esse trânsito entre pichação (crime) e *graffiti* (*street art*) – em um jogo de visibilidade/invisibilidade – assim como a variedade e a mistura de gêneros (grapixo art, rabisco, bombardeio, pixo...) inscritos em tais artefatos (avisos, anúncios, quadros, camisetas...), espalhados pelo interior da loja, também se reproduzem nas falas dos nativos. Tal questão aponta para a importância de o etnógrafo estar atento à visualidade ambiente, às pistas que os artefatos sugerem, pois, como neste caso, eles podem antecipar e reforçar a percepção de certas regularidades encontradas em

campo por outras vias, por exemplo, em conversas e entrevistas. Ademais, em termos técnicos, é bom ter sempre em mãos, além do caderno de notas, uma câmera para fotografar e, principalmente, registrar vídeos que capturem os pequenos detalhes da ambiência (a disposição e os movimentos dos corpos e dos objetos pelo espaço, as inscrições, as conversas, as cores, os sons, tudo o que possibilita a realização da “obra”).

Outro artefato digno de atenção são os cadernos dos pichadores/grafiteiros. Em cima do balcão da loja havia alguns deles, recheados com assinaturas/*tags*, colagens e desenhos de grafiteiros/pichadores e *crews* (grupos de pichadores/grafiteiros) que frequentam a loja. Ao folheá-los: muitas assinaturas, letras de diversos tipos, *bomb*; *tag*; *pixo* reto... Ao lado de algumas *tags* havia a indicação da cidade de origem da *crew* ou do pichador/grafiteiro visitante como, por exemplo, “Floripa” (Florianópolis) e “Rio” (Rio de Janeiro). Boa parte das páginas tinha as assinaturas acompanhadas de uma saudação para o dono da loja, “Salve!” e “É nós!”; as mais comuns. Alexandre Pereira (2005) e Lucenira Kessler (2008) já afirmaram em suas etnografias sobre pichadores/grafiteiros, respectivamente de São Paulo e Porto Alegre, que os cadernos são um dos principais modos de tecer a rede de pertencimentos e sociabilidades entre esses sujeitos. Tal rede extrapola, portanto, os limites físicos e a contiguidade do espaço urbano ao ligar cidades de diferentes estados do país.

A frequência ao *happy hour* semanal e a participação em uma série de oficinas de *graffiti* ofertadas pela loja serviram para potencializar o processo de imersão no campo. Assim, além de aprender as técnicas do *graffiti*/pichação – o *know how* nativo – também foi possível estreitar os laços com o dono da loja e ampliar a rede de interlocutores. Várias pessoas se inscreveram, mas poucas foram aos encontros; apenas três: um menino de 10 anos, outro de 17 e um rapaz de 29; e todos eram iniciantes. Foram quatro encontros semanais na loja, nas noites de terça-feira, que culminaram em um “mutirão de *graffiti*”, reunindo em torno de 50 pichadores/grafiteiros, para pintar os muros de uma escola estadual na zona norte da cidade. Ao longo dos encontros, o dono da loja, assim como os participantes iam mostrando, desenhando e redesenhando suas concepções sobre *graffiti*/pichação.

Nas oficinas, o dono da loja sempre procurou frisar que ele vem do “movimento da pichação” e que ela está na “origem do *graffiti*”, afirmando, no entanto, que hoje se identifica mais com este do que com aquela. Disse: “A pichação dá muita adrenalina. Quando a pessoa tem entre 14 e 18 anos, ela quer e precisa fazer parte de um grupo. Ver a assinatura espalhada pela cidade dá uma sensação muito boa, tem muitos riscos; no início isso é legal, mas depois isso vai passando e o cara vai entrando em outras”. O dono da

loja comentou já haver tido problemas com a Polícia por causa da prática não autorizada e que, atualmente, só faz intervenções com autorização. Assinalou, várias vezes, que não quer incentivar as pessoas à pichação, prática que adjetivou como “não autorizada, ofensiva”. Ele também lamentou: “as coisas mudaram; hoje existem algumas rixas entre grupos por causa da pichação em Santa Maria, coisa que não existia antes”.

Percebemos que, diante da presença do pesquisador, o dono da loja, em suas falas, procurava dar visibilidade à “origem ilegal” de sua trajetória pessoal. Ao mesmo tempo, todas as vezes que ele se referia aos perigos da pichação, o fazia com o olhar direcionado para os dois participantes menores de 18 anos, como quem alerta: “não façam isso, crianças”. Ainda nesse sentido, tentava relacionar os assuntos e técnicas do *graffiti*/pichação trabalhados nas oficinas com os conteúdos escolares, principalmente, de história (a pichação nos movimentos de maio de 68), de matemática (as formas geométricas como base para a produção das letras) e de física (os efeitos de luz e sombra nos desenhos). Os participantes se mostravam bastante interessados. Em certa ocasião, perguntamos ao menino de 17 anos se ele saía na rua para pintar e ele disse: “nunca pichei na rua; não quero fazer na casa dos outros aquilo que eu não quero que façam na minha”. Mas, em seguida, confessou ter saído uma única vez com a intenção de pichar juntamente com uns colegas de escola. Disse que foi uma experiência “traumática”, mal sucedida, visto que, antes de consumarem o ato, tiveram que correr de um grupo de pichadores armados com facões e que gritavam “o que vocês querem na nossa área?!”.

Para além das oficinas, ao longo dos dias em que frequentamos a loja, percebemos a existência de ambiguidades nos discursos de alguns pichadores/grafiteiros em relação à repressão policial. Embora vários deles se afirmassem apreensivos com a possibilidade de novas Operações, relatos que enalteciam o envolvimento em *atraques* (abordagens feitas pelos policiais) eram muito frequentes nas rodas de conversa. Isso reforça a ideia de Campos (2009) concernente à visibilidade/invisibilidade, pois há uma atitude de desconfiança do pichador/grafiteiro em relação ao exterior, mas, ao mesmo tempo, estar na mira “dos tiras” é motivo de orgulho, e funciona como um elemento de reconhecimento pelos pares.

A INTENSIFICAÇÃO DA DENSIDADE DAS TEIAS DE SIGNIFICAÇÕES

Sendo o pesquisador um morador da cidade e, no caso de uma antropologia da urbanidade, um caminhante (DE CERTEAU, 2007) que se entrega à deriva (DEBORD, 2003), ele não deve antecipar nada. Em outras

palavras, ele deve se deixar levar pelo fluxo urbano; deixar o vazio nele ser pintado pelas exterioridades. Assim acontecem os encontros mais férteis com os nativos, ao acaso, nas situações em que o pesquisador poderia esquecer que está em campo. Em geral, esse tipo de interação se mostrou bastante fecundo para a pesquisa, pois os nativos ficavam mais à vontade do que em muitas situações nas quais a nossa presença era explicitamente a presença de um pesquisador. Seguem trechos de um diário de campo, registrando um encontro, ao acaso, no dia 23 de abril de 2014:

Encontrei, ao acaso, uma grafiteira/pichadora no Restaurante Popular. A garota estava almoçando sozinha, resolvi sentar na mesma mesa para conversarmos. Frequentamos lugares em comum há cinco anos (universidade, boates, bares...), mas nos conhecemos pouco. Começou a grafitar/pichar no ano passado. Atualmente, integra uma crew “feminista”. Ela perguntou como estava indo a minha pesquisa, respondi que estava indo bem, que estava tentando me aproximar dos grafiteiros/pichadores aos poucos. Comentei o fato de que alguns deles desconfiavam que eu fosse um policial infiltrado. Ela disse que o pessoal anda realmente “atucanado com tudo” e que as Operações contribuíram para o surgimento dessa desconfiança e de “tretas” entre crews e grafiteiros/pichadores. A garota disse que a maioria dos acusados na Operação não leu o registro dos depoimentos dados à polícia. Segundo ela, apenas um entre os acusados tinha advogado; este leu os registros e encontrou neles algumas delações. A pichadora/grafiteira disse que isso (as delações) provavelmente foi uma manipulação da polícia para criar intrigas entre os grafiteiros/pichadores. Comentou sobre um grafiteiro/pichador que tem sido alvo de acusações de ser “cagueta” (delator) por parte de seus pares. E acrescentou que há rumores de que aconteça uma nova Operação em junho. [...] Ela também falou sobre as conexões de alguns grafiteiros/pichadores locais com crews de São Paulo. “Tem surgido bastante pixo reto no altos dos prédios em Santa Maria pela influência dessas conexões”. Alguns grafiteiros/pichadores locais estão pensando em ir a uma grande festa de pixadores em São Paulo, segundo ela, o maior encontro de pichadores do país. A pichadora/grafiteira também disse que atualmente alguns grafiteiros/pichadores que só assinavam tags se tornaram “mais politizados”; alguns deles, por exemplo, começaram a fazer pichações e stencil contra a Copa do Mundo ou contra o aumento da tarifa de ônibus. [...] Após o almoço, ela ia tirar umas fotos de uns “tramos” dela e de outras grafiteiras/pichadoras, feitos recentemente no Parque Itaimbé (no centro). Na saída do restaurante, antes de nos despe-

dirmos, sugeri que eu curtisse uma página do Facebook, gerenciada por uma de suas companheiras. Na página são postadas diariamente fotos de graffiti/pichações, principalmente, de Santa Maria, mas também de outras cidades e países. Em suas falas, a garota transitava entre e transbordava as definições “pichação/pichadores” e “graffiti/grafiteiros” para se referir à sua prática e de seus pares.

Esta interlocutora demonstrou interesse pela pesquisa: pergunta sobre seu andamento e sonda a presença do etnógrafo em campo. Em parte, isso se deve ao fato de ser universitária, estudante da área das ciências humanas. Durante as conversas, se empenha em selecionar pontos que julga importantes serem abordados; ou seja, a pichadora/grafiteira desenha caminhos para o etnógrafo percorrer. A própria ordem das informações dadas por ela segue uma sistematização: primeiro as intrigas (as “tretas” entre os pichadores/grafiteiros), aquilo que deforma os grupos; depois, aquilo que forma e fortalece as alianças (as conexões com São Paulo; a “politização” que a prática da pichação pode proporcionar; a produção e divulgação de registros das pichações/*graffiti* pelos próprios pichadores/grafiteiros).

Nós já havíamos visto a inscrição “ant-kagueta” em alguns muros, bem como uma onda de *atropelos*. Esse encontro ao acaso nos propiciou ouvirmos a versão da pichadora/grafiteira sobre as ‘tretas’ em torno das acusações de “caguagem”, dando sentido aos indícios de rixas inscritos nos muros, os quais estávamos procurando compreender. Em síntese, ela constrói a inteligibilidade dos acontecimentos, dando a entender que a Polícia fomenta boa parte dos conflitos entre os pichadores/grafiteiros. Entretanto, ela ressalta que, paralelo à repressão policial, há na cidade a efervescência de um estilo de escrita urbana influenciada pela *pixação* paulista. A página do *facebook* que a pichadora/grafiteira indicou, além da rede de pertencimento, também aponta para aquilo que Mittmann (2013) chama de “arquivamento da existência”. A pichação/*graffiti* é um arquivamento; primeiro, é fixada e memorizada na parede, mesmo que por um período curto. Em seguida, abre-se um círculo mais amplo de arquivamentos, como por exemplo, as fotos e os vídeos sobre as pichações/*graffiti* produzidos e divulgados pelos próprios pichadores/grafiteiros. Segundo Mittmann (2013), a prática da pichação e seus arquivamentos têm um caráter micropolítico, pois permeiam a disputa decalcada na lógica das subjetivações e acabam por produzir um *sujeito-pixador*, uma espécie de fenda existencial. Dessa maneira, temos a ideia de um sujeito que produz a si e causa abalos nas malhas do poder, pois “a pichação, além de afrontar a propriedade por escrever, deixar o seu nome

(tag) donde nada pertence ao pichador, ela também demonstra as ‘falhas’ nos sistemas de segurança” (MITTMANN, 2013, p. 152).

As pistas sobre as conexões entre pichadores/grafiteiros de diferentes cidades, presentes nos cadernos encontrados na loja, reapareceram no diálogo com a pichadora/grafiteira, quando ela se refere às ligações entre Santa Maria e São Paulo. A indicação da página do *Facebook* é outro caminho que aponta no mesmo sentido, dando sequência à série de cenários de interação: muros, loja, cadernos, encontros ao acaso pela cidade e *internet*. Essas questões sugerem ser nesse andar errático do etnógrafo em meio às teias de significados (GEERTZ, 1978), tecidas entre a objetividade das inscrições urbanas, que se dão os encontros/desencontros e negociações delineadoras da interpretação etnográfica.

LUTAS SEMÂNTICAS

Na pesquisa, durante uma roda de conversa sobre pichação e saúde mental, realizada na loja de *street art*, recebemos o convite do psicólogo organizador do encontro para formar um grupo de estudos sobre a pichação/*graffiti* com vistas a organizar futuramente a publicação de um livro, contendo artigos resultantes de pesquisas locais sobre o tema. Segundo ele, um grupo para fomentar “um olhar interdisciplinar e contra-hegemônico” acerca do tema, na cidade.

A ideia nos parece interessante, pois os sentidos do urbano se formam e se deformam “[...] quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio e a televisão sobre o que acontece nas ruas” (CANCLINI, 2008, p. 15). Diante da inerente fragmentação das experiências no cotidiano da cidade, essas produções culturais podem fornecer conjecturas, “simulacros de totalizações” (*idem*, p. 21) sobre aquilo que os moradores da cidade não vêem na esfera do imediato ou desconhecem. Os pichadores/grafiteiros estão justamente nessa dimensão invisível e/ou desconhecida para a grande parte dos moradores. Assim, o urbano é uma arena de disputas e de trocas, onde são travadas inúmeras “*lutas semânticas* para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado e subordinar os demais à própria lógica [...] encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver” (CANCLINI, 1997, p. 301). O convite feito pelo psicólogo para formar um grupo de pesquisa representou um convite para participar ativamente dessas lutas semânticas em torno da cidade, mais especificamente, da pichação/*graffiti*.

Um mês depois do convite, o psicólogo nos chamou para uma conversa coletiva no *Facebook* para marcarmos uma reunião. O grupo convidado era composto por: uma estudante de psicologia; um publicitário; um jornalista; um estudante de produção editorial; um bacharel em direito e quatro pichadores/grafiteiros (destes, duas estudantes de publicidade, uma estudante de ciências sociais e um estudante de *design*). Começamos a nos reunir uma vez por semana, em algum dos bares da Rua Alberto Pasqualini, no centro, ou na Praça dos Bombeiros, no bairro Bom Fim, um dos principais pontos de encontro dos pichadores/grafiteiros.

Nos primeiros encontros, cada um apresentou o seu trabalho/pesquisa para os demais. Durante a apresentação, um de nós usou a expressão “grafismos urbanos”, o que chamou a atenção de uma das grafiteiras/pichadoras: “grafismos urbanos? Nunca tinha ouvido essa expressão, mas achei interessante porque abarca a diversidade das intervenções”, disse ela. Meses depois, a utilizou na chamada de um debate que organizara sobre o tema, no diretório acadêmico do seu curso: “Roda de conversa sobre grafismos urbanos”. Tal apropriação evidencia a possibilidade de influência do etnógrafo no processo de construção de visibilidades/invisibilidades. Dito de outra maneira, a interpretação do etnógrafo ajuda a redesenhar a interpretação do nativo sobre sua cultura; (re)intepretação esta que deve ser intepretada pelo etnógrafo.

Encaramos a participação nesse grupo como uma oportunidade de aproximação com os pixadores/grafiteiros e também com os demais integrantes. Desde o primeiro encontro, procuramos sempre deixar claro para todos que as reuniões também eram objeto de observação na nossa pesquisa. No entanto, ao mesmo tempo em que o grupo propiciou maior proximidade com o campo, nossa participação nele também suscitou alguns dilemas éticos para a pesquisa. Em todas as reuniões, o tom das discussões tendeu a ser mais militante do que científico. Isso nos fazia lembrar Pierre Bourdieu, quando ele diz que a “maldição” das ciências sociais é ter um objeto que fala, condição que, dentre outras, exige uma constante vigilância epistemológica por parte do cientista social. Não basta estar à escuta dos agentes estudados para justificar a conduta deles e as razões por eles fornecidas, pois agindo dessa maneira o pesquisador “corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos indivíduos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do ‘cientista’ e da sociologia espontânea de seu objeto” (BOURDIEU, 2004, p. 50).

Em agosto, o grupo participou de um programa em uma emissora de rádio *web* independente. Trata-se de um programa com viés contra-hegemôni-

co, que tem entre seus apresentadores um dos membros do grupo de estudos sobre pichação/*graffiti*. A proposta do programa daquele dia era questionar a criminalização da pichação e a morte de dois pixadores paulistas pela Polícia em São Paulo. No dia do convite, percebemos que o tom das falas seria marcado pelo engajamento; nesse sentido, como pesquisadores, achamos mais prudente não participarmos do programa e sim ouvi-lo pelo rádio, em casa, e tomarmos notas sobre a maneira como o grupo construiria a visibilidade dos acontecimentos e como se colocaria publicamente. Entretanto, não soubemos como comunicar o motivo da nossa não participação aos demais integrantes, pois aquela seria a primeira aparição pública do grupo e todos estavam contando com a nossa presença. Alguns se mostraram compreensivos, outros pareceram um pouco desapontados com a nossa ausência. Tal episódio fez com que colocássemos em xeque os limites da nossa inserção no campo, visto que provavelmente haveria convite para outras aparições públicas das quais não poderíamos nos esquivar novamente, sob a pena de acabar corroendo nossa relação com o grupo.

Depois de nos debatermos com esse dilema, decidimos participar das próximas aparições públicas do grupo. O texto “Pesquisas em *versus* pesquisas com seres humanos”, de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, nos ajudou a esclarecer a questão. Segundo o autor, “se a neutralidade é inviável porque o antropólogo não pode abrir mão de sua condição de ator, a imparcialidade pode ser vislumbrada desde que o pesquisador se preocupe em se expor às diversas versões dos fatos a serem interpretados, e não tome posições que não possa defender argumentativamente” (OLIVEIRA, 2004, p. 42). A partir daí, procuramos não apenas ouvir e sermos coniventes com o grupo nas reuniões, mas introduzir questões provocadoras do tipo: “podemos não concordar, mas é difícil de rebater o argumento liberal de que a pichação passa por cima da liberdade individual, né?”; “faz sentido discutir a criminalização da pichação?”; “não seria a criminalização uma das suas principais razões de ser?”.

Tal estratégia de introduzir momentos de dissenso nas reuniões e nas aparições públicas do grupo se mostrou fecunda; foi bem recebida pelos integrantes, lhes dando um retorno ao instigá-los a questionarem suas próprias prenoções e enriquecerem os argumentos para suas posições. Soma-se a isso o fato de que, para a nossa pesquisa, essa estratégia permitiu que viessem à tona informações e questões do campo que talvez não viessem se nos restringíssemos a observar ou a ser plenamente coniventes com tudo o que o grupo diz e pensa. Em uma das reuniões, por exemplo, lançamos a seguinte provocação diante de pichadoras/grafiteiras que se colocavam

como feministas: “não gosto do feminismo ortodoxo que anda por aí”. Esse artifício abriu caminho para que uma das pichadoras/grafiteiras começasse a falar sobre alguns conflitos entre pichadores/grafiteiros permeados pelo feminismo e sobre amizades e *crews* que se desfizeram em virtude de relacionamentos amorosos. Os motivos das rixas entre eles, portanto, não dizem respeito apenas à demarcação de territórios na cidade ou às acusações de “caguetagem”.

PARA UM INTERPRETATIVISMO

Um dos desafios da antropologia é achar o ponto em que coincidem o objeto sobre o qual o antropólogo fala e a maneira como fala do objeto. No caso em estudo, trata-se de buscar compreender como se dão os processos de construção das visibilidades/invisibilidades dos pichadores/grafiteiros, e como esses processos redesenham a postura do etnógrafo. Dito de outra maneira: como a pichação/*graffiti* pode servir para interpretarmos o interpretativismo?

Os dados indicam uma grande efervescência semântica em torno da pichação/*graffiti*. Podemos afirmar que há várias forças sociais nessa luta em meio às teias de significação: a pichação/*graffiti* em relação com outros signos da cidade (monumentos, publicidade...); as iniciativas do poder público e dos jornais locais no sentido de potencializar a criminalização da pichação; pichadores/grafiteiros que trazem o tema da pichação/*graffiti* para o debate acadêmico; as dissonantes maneiras de construir a visibilidade da prática entre os próprios pichadores/grafiteiros...

Em nossa imersão inicial na loja de *street art*, vimos que a construção de sua visibilidade oficial é ancorada em um aviso fixado na parede que reproduz a distinção oficial (estatal) entre *graffiti* (legal, arte) e pichação (ilegal, crime). Trata-se de uma espécie de protótipo da “piscadela” referida por Geertz (1978). Uma piscadela entre os pichadores/grafiteiros, pois estes sabem que as fronteiras entre as duas práticas/definições são porosas e isso aparece de diferentes maneiras em outros artefatos espalhados pela loja, em suas falas e inscrições pelas ruas. Tais transbordamentos apontados pelo campo, em relação à dicotomia, definem a escolha teórica do termo “pichação/*graffiti*” (os dois termos unidos e separados por uma barra) para falar sobre o objeto.

No encontro ao acaso com a pichadora/grafiteira, ela se empenha em selecionar pontos que julga importantes de serem abordados na pesquisa, ou seja, a pichadora/grafiteira desenha caminhos para o etnógrafo percorrer. Esse encontro ao acaso propiciou o contato com a interpretação da picha-

dora/grafiteira sobre as “tretas” em torno das acusações de “caguetagem”, dando sentido aos indícios de rixas entre pichadores/grafiteiros inscritos nos muros, os quais estávamos procurando compreender. Interpretações de interpretações que vão intensificando a densidade das teias de significações.

Nas reuniões do grupo “contra-hegemônico” de pesquisa do qual participamos, falamos em “grafismos urbanos”, termo apropriado por uma das pichadoras/grafiteiras que até então o desconhecia. Tal apropriação evidencia que o etnógrafo pode influenciar o processo de construção de visibilidades/invisibilidades. Dito de outra maneira, a interpretação do etnógrafo redesenha a interpretação do nativo sobre sua cultura, (re)interpretação esta que deve ser interpretada pelo etnógrafo. As pichanças/*graffiti* são, portanto, imagens interpretadas e interpretativas.

É possível, portanto, interpretar a cidade como um conjunto partilhado por múltiplas e discordantes percepções individuais, mais especificamente, a pichança/*graffiti* como um ponto de encontros discordantes. Ao intervir no espaço urbano, os pichadores/grafiteiros acabam por problematizar (conscientemente ou não) a pretensão de contribuir para o estabelecimento vertical de relações entre público e privado, além de trazerem à tona o caráter dinâmico, interativo e conflitivo das esferas, a privatização do público e a publicização do privado. A prática da pichança/*graffiti* sugere uma urbe que não é dada de antemão e cujos espaços são concebidos no jogo de relações de forças e de interferências múltiplas que se dá a cada instante.

De fato, a experiência etnográfica parece progredir “menos por uma perfeição de consenso do que por um refinamento de debate” (GEERTZ, 1978 p. 20). Como se de certa forma, a pichança/*graffiti* pudesse exemplificar o interpretativismo ou encarnar a descrição densa.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, John L., *How to do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University*. Oxford: Clarendon, 1962 [1955].
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. Kool Killer ou a Insurreição pelos signos. In: *A troca simbólica e a morte*. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós modernidade em Antropologia. **Novos Estudos Cebrap**, n. 21, julho de 1988, p. 116-132.
- CAMPOS, Ricardo. Entre as luzes e as sombras da cidade: visibilidade e invisibilidade no *graffiti*. **Etnográfica**, maio de 2009, p-145-170.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/espetáculo/desconhecimento. In: COELHO, Teixeira. *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 15-32.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnógrafo ou Como ter anthropological blues. In: **Boletim do Museu Nacional**, n. 27, Rio de Janeiro: Nova série, 1978, p. 1-12.
- DANTAS, Rodrigo. *Outsiders, cores e riscos: uma pequena trama histórica sobre grafistas urbanos de Santa Maria-RS*. Monografia. Curso de História. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2011.
- DEBORD, Guy. Teoria da Deriva (1958). In: JACQUES, Paola Berenstain. *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FONSECA, Cristina. *A poesia do acaso: na transversal da cidade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- KESSLER, Lucenira. Diálogos de traços: etnografia dos praticantes de apropriações visuais do espaço urbano em Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LE BRETON, David. *Marcher. Eloge des chemins et de la lenteur*. Paris: Métailié, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: *O pensamento selvagem*, Campinas-SP: Papyrus, 2002, p. 15-49.

MAGNANI, José G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. In: revista **Tempo Social**, vol. 17, nº 2, 2005.

MITTMANN, Daniel. *O sujeito-pixador: tensões acerca da pichação paulista*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, Luís R. Carvalho de. Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunoco & ORO, Ari Pedro. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: EXO experimental, 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Palavras chave:
pichação/graffiti;
visibilidades/invisibilidades;
cidade; interpretativismo.

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar alguns itinerários de campo da pesquisa etnográfica em que analisamos as tensões, conflitos, disputas, resistências e também conformidades e deformidades na construção das visibilidades/invisibilidades dos pichadores/grafiteiros de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. Os dados indicam uma grande efervescência semântica em torno da pichação/*graffiti*, sendo possível interpretar a cidade como um comum que é partilhado por múltiplas e discordantes percepções individuais, mais especificamente, a pichação/*graffiti* como um ponto de encontros discordantes. Os processos de construção das visibilidades/invisibilidades dos pichadores/grafiteiros desenham e redesenham a postura do etnógrafo, como se, de certa forma, a pichação/*graffiti* pudesse exemplificar o interpretativismo ou encarnar a descrição densa.

Keywords:
graffiti; visibility/
invisibility; city;
interpretativism.

Abstract

The purpose of this paper is to present some of ethnographic research field routes in which we analyze the tensions, conflicts, disputes, resistance and also compliance and deformities in the construction of visibility/invisibility of graffiti artist Santa Maria, countryside of Rio Grande do Sul. The data indicate a large semantic effervescence around the graffiti artist, and you can interpret the city as a common that is shared by multiple and conflicting individual perceptions, more specifically, the graffiti as a point of disagreement meetings. Construction processes of visibility/invisibility of graffiti artist design and redesign the ethnographer's attitude, as if, somehow, the graffiti could exemplify the interpretativism or embody the thick description.

Recebido para publicação em dezembro/2014. Aceito em abril/2015.